

## **PARECER Nº 766, DE 2015**

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 895, de 2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que visa a obter do Ministro de Estado da Educação informações acerca do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

### **I – RELATÓRIO**

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 895, de 2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que tem por finalidade obter do Ministro de Estado da Educação informações, por ano, sobre a evolução do número de bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), discriminados por modalidade (coordenador institucional, coordenador de área, supervisor e estudante de licenciatura), no período de 2010 a 2015.

A solicitação inclui também as metas anuais de incorporação de novos bolsistas no Pibid, até 2018, conforme planejamento do Ministério da Educação (MEC), bem como o montante de recursos destinados ao Programa, entre 2014 e 2015, por exercício, com as respectivas fontes orçamentárias, além do montante de recursos contingenciados durante cada um dos exercícios supracitados.

Na justificação do RQS, aponta-se a falta de transparência acerca do efeito dos cortes orçamentários impostos ao MEC. Afirma-se que isso se torna particularmente preocupante no caso do Pibid, que é um programa exitoso, quase uma unanimidade, e sobre o qual abundam especulações e denúncias na imprensa.

O requerimento é fundamentado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional e às suas Casas fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e da administração indireta. O art. 50, § 2º, da Constituição, por sua vez, dispõe que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, *importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.*

O art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf, submete esses requerimentos à decisão da Mesa do Senado Federal. Além disso, os incisos I e II do art. 216 do Risf admitem requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora, desde que não contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem. No mesmo sentido dispõe o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações nesta Casa.

Constata-se que a proposição atende os requisitos constitucionais e regimentais, bem como os requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Há, portanto, amparo constitucional e regimental à proposição ora examinada.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 895, de 2015.

Sala de Reuniões,


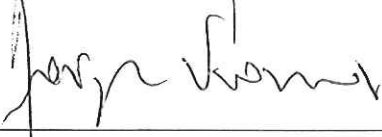
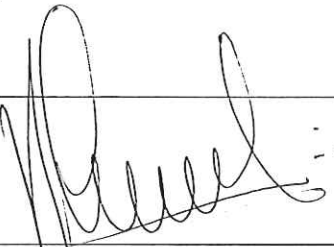
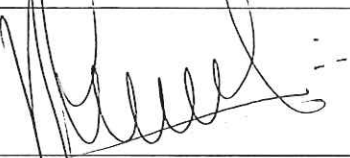


, Presidente

, Relator

# 6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

16 de setembro de 2015

11:30h

<b>Senador Renan Calheiros</b> Presidente	
<b>Senador Jorge Viana</b> 1º Vice-Presidente	
<b>Senador Romero Jucá</b> 2º Vice-Presidente	
<b>Senador Vicentinho Alves</b> 1º Secretário	
<b>Senador Zeze Perrella</b> 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
<b>Senador Gladson Cameli</b> 3º Secretário	
<b>Senadora Angela Portela</b> 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
<b>Senador Sérgio Petecão</b> 1º Suplente de Secretário	
<b>Senador João Alberto Souza</b> 2º Suplente de Secretário	
<b>Senador Elmano Férrer</b> 3º Suplente de Secretário	
<b>Senador Douglas Cintra</b> 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015

— Patrícia de Oliveira Nóbrega  
Matrícula 187048  
Secretaria-Geral da Mesa